COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 2.334, DE 2015

Apensados: PL nº 3.567/2015, PL nº 4.337/2016, PL nº 4.690/2016, PL nº 6.209/2016 e PL nº 6.672/2016

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio da Palmeira do Babaçu (*Orbignya martiana*) e dá outras providências

Autor: Deputado JOÃO MARCELO SOUZA

Relator: Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 2.334, DE 2015, do nobre Deputado João Marcelo Souza, institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio da Palmeira do Babaçu (*Orbignya martiana*), com os seguintes objetivos: a) desenvolver, financiar e modernizar a cultura da palmeira do babaçu; b) incentivar o aumento da produtividade do cultivo e exploração da palmeira do babaçu; c) estimular a produção de produtos derivados, o aproveitamento industrial, a exportação, a defesa de preços de comercialização e a abertura de mercados; d) elevar a qualidade de vida dos trabalhadores do setor; e) criar uma rede de serviços de apoio para a cadeia do coco babaçu; f) fomentar a criação e regulamentação de associações, cooperativas e centrais; g) promover o fomento e o crédito para a implantação de agroindústrias de base familiar para o aproveitamento integral do coco babaçu; h) definir e apoiar o desenvolvimento de manejo sustentável para o uso do babaçu.

Para a implementação da proposta são previstos recursos oriundos de dotações orçamentárias, de operações de crédito e outras fontes previstas em lei.



Propõe-se ainda a proibição da derrubada e do uso predatório das palmeiras de babaçu no território nacional, exceto no caso de áreas destinadas a obras e serviços de utilidade pública ou de interesse social; com o objetivo de estimular a reprodução das espécies, aumentar a produção de seus frutos ou facilitar a sua coleta; ou quando autorizada por órgãos ambientais.

Ao projeto principal foram apensadas cinco proposições, a saber:

- PL 3567/2015, do Deputado Evair de Melo, que "institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio das Palmeiras do Açaí, da Juçara e das demais espécies de interesse econômico integrantes da família das palmáceas".
- PL 6209/2016, do Deputado Francisco Chapadinha, que "dispõe sobre a Política de Incentivo ao Cultivo das Espécies Vegetais das quais se obtêm o palmito e o açaí".
- PL 6672/2016, do Deputado Leo de Brito, que "institui a Política Nacional de Incentivo à Produção e Pasteurização da Polpa de Açaí-PNAçaí".
- PL 4337/2016, do Deputado Weverton Rocha, que "institui o Fundo Nacional de Apoio à cultura da Palmeira do Babaçu FUNBABAÇU".
- PL 4690/2016, da Deputada Eliziane Gama, que proíbe a derrubada do babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso.

A matéria foi distribuída para as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). A matéria tramita em regime ordinário e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões.

Na CAPADR, e proposição principal e seus apensados foram aprovados por unanimidade, nos termos do parecer da Relatora, Deputada Luana Costa, que propôs um substitutivo.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão.





É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A coleta de produtos da floresta, como babaçu e o açaí é uma atividade econômica de baixo impacto ambiental que impulsiona o desenvolvimento sustentável de comunidades extrativistas e que garante a subsistência de mais de dois milhões de pessoas no país. É a bioeconomia gerando renda e mantendo a floresta em pé¹.

O babaçu está presente em 11 estados brasileiros, sua cadeia produtiva é uma das mais simbólicas do extrativismo vegetal no Brasil e apresenta uma grande importância para a sobrevivência das famílias que vivem do extrativismo². Já o açaí é uma fruta tradicional da região Norte e sua cadeia de valor, que está em constante desenvolvimento, estruturação e internacionalização, movimenta mais de R\$ 3 bilhões por ano e gera milhares de empregos para população local³.

A importância social e econômica do extrativismo do babaçu e do açaí na região norte, nos termos do parecer apresentado nesta Comissão pelo nobre Deputado Airton Faleiro, está inequivocamente demonstrada nas primorosas justificativas aos projetos em comento e não nos parece, portanto, necessário reafirma-la. Está claro também a necessidade da implementação de políticas públicas em apoio a essas atividades, que envolvam pesquisa, assistência técnica, capacitação, investimento em infraestrutura, apoio à comercialização e outras medidas que estimulem o aumento da produtividade, da qualidade e da sustentabilidade da produção. Nesse sentido, todos os projetos de lei ora analisados são meritórios e merecem prosperar na forma de substitutivo.

Disponível em: https://www.imaflora.org/noticia/florestas-de-valor-bioeconomia-que-gera_20. Acesso em: 14.nov.2024.

² Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1145627/1/cap9-2022.pdf. Acesso em: 14.nov.2024.

³ Disponível em: https://revistaft.com.br/a-cadeia-produtiva-do-acai-e-sua-importancia-nas-exportacoes-do-estado-do-para/. Acesso: 14.nov.2024.

Assim, mais uma vez citando o parecer do Deputado Airton Faleiro, a CAPADR apresentou um substitutivo que engloba a proposição principal e apensos e amplia o escopo PLs por nós analisados, para incluir na política de desenvolvimento proposta, além do babaçu, do açaí e da juçara, outras espécies arbóreas que são objeto do extrativismo por populações tradicionais, como o pequi, a mangaba, o araticum, o baru, a castanha do Brasil, dentre outras. Portanto, o substitutivo inclui espécies de importância econômica e social e tenho certeza que contribuirá para o desenvolvimento da bioeconomia em país.

Dessa forma, pelo exposto, **voto pela aprovação dos PLs nº 2.344/2015, nº 3.567/2015, nº 4.337/2016, nº 4.690/2016, nº 6209/2016 e 6.672/2016, na forma do Substitutivo aprovado na CAPADR.**

Sala da Comissão, em de de 2024.

CORONEL CHRISÓSTOMO

Deputado Federal – PL/RO



